



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**



211

**Apelação Cível nº 031347-1 - Comarca do Recife**

**Apelante:** Empresa de Urbanização do Recife - URB Recife

**Apelado:** Cilpe - Indústria e Comércio de Laticínios LTDA

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

5524

**EMENTA: ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS DECORRENTES DA DEMOLIÇÃO DE STAND COM FINS FILANTROPICOS SOB A ALEGAÇÃO DE ILEGALIDADE DA LOCALIZAÇÃO. PRELIMINARES DE AUSENCIA DE CITAÇÃO VÁLIDA, FALTA DE OUTORGA POR PARTE DA AUTORA AO PATRONO, INCAPACIDADE PROCESSUAL. REJEITADAS UNANIMAMENTE. MÉRITO. DANOS MATERIAIS EVIDENCIADOS CORRETAMENTE PELA SENTENÇA MONOCRÁTICA. SENTENÇA MANTIDA EM SUA ÍNTEGRA. REEXAME IMPROVIDO. PREJUDICADO O RECURSO DE APELAÇÃO. DECISÃO UNÂNIME.**

1. Preliminar de ausência de citação válida. É sabido que a demandada URB - Empresa de Urbanização do Recife, possui autonomia administrativa e financeira, pelo que deverá assumir os atos de sua responsabilidade, afora raciocínio de que lhe cabia, no azo da citação requerer a intervenção da edilidade regularizando a relação processual, porém, permaneceu inerte, e como tal, assumiu os riscos de sua incúria. Preliminar rejeitada unanimemente. A segunda preliminar suscitada de falta de outorga por parte da autora ao patrono, também foi rejeitada por unanimidade. Não pode prosperar a afirmativa, em virtude de que no ato do ingresso da ação a outorga estava vigorando (até 30/06/1990), tendo então, em 01/03/1990, o juiz determinado a citação, a qual ocorrera em 09/03/1990, conforme certidão de fls.32 verso, do oficial de justiça, ocorrendo a revella, que só foi certificada em 15/09/1994, às fl.33 dos autos. A terceira preliminar de incapacidade processual foi rejeitada igualmente. Não pode prosperar essa preliminar vez que à época do ingresso da ação a CILPE encontrava-se constituída legalmente, bem como após da sentencição foi apresentado os estatutos com a nova denominação (fls. 78/86).

2. No mérito, a conduta administrativa em exame foi reconhecida como ilícita, caracterizando o dano material, o



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**



**Apelação Cível nº 031347-1 - Comarca do Recife**  
**Apelante:** Empresa de Urbanização do Recife – URB Recife  
**Apelado:** Cilpe – Indústria e Comércio de Laticínios LTDA  
**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

se vê evidenciados no caso concreto e decorrem da ação administrativa.

3. Havendo conduta ilícita, dano e nexo causal, há de ser reconhecido o direito à indenização.

4. No caso concreto, a responsabilidade objetiva do Estado evidencia-se no dispositivo constitucional que assim dispõe: "as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros(...) (art. 37, § 6º)."

5. Reexame necessário improvido. Sentença mantida em sua íntegra. Recurso de apelação prejudicado. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de reexame necessário e apelação cível nº 031347-1, em que figura como apelante a URB – Empresa de urbanização do Recife e, como apelada, CILPE – Indústria e Comércio de Laticínios LTDA.

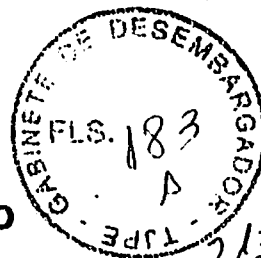
ACORDAM os Desembargadores que integram a Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, em rejeitar o reexame, mantendo-se a sentença monocrática em todos os seus termos, restando prejudicado o recurso voluntário, na conformidade do relatório e dos votos proferidos.

Recife, 20 de janeiro de 2010.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**



213

**Apelação Cível nº 031347-1 - Comarca do Recife**  
**Apelante:** Empresa de Urbanização do Recife - URB Recife  
**Apelado:** Cilpe - indústria e Comércio de Laticínios LTDA  
**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**RELATÓRIO**

Adoto o relatório de fls.103 usque 104, lançado em 1997, pelo saudoso Des.Souza Ribeiro.

Parecer do Representante do MP, nesta Instância Revisora, fls. 88, opinou ratificando os termos do parecer de fls. 39/40, pelo improvimento do recurso interposto.

Em sucessivas distribuições, vieram estes autos a esta Relatoria por imposição do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal.

É o relatório.

Autos ao Desembargador Revisor.

Recife, 15 de dezembro de 2009.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



214

APELAÇÃO CÍVEL Nº 031347-1 - RECIFE

APELANTE : EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE - URB RECIFE

APELADO : CILPE - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LATICÍNIOS LTDA.

RELATOR : DESEMBARGADOR SOUZA RIBEIRO

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL.

### RELATÓRIO

Adoto o da sentença de fls. 42/45, assim concebida :

"Companhia de Industrialização de Leite de Pernambuco - CILPE, estabelecida nesta Capital, intentou Ação de Indenização contra a Empresa de Urbanização do Recife - URB, com sede também nesta Capital. A promovente alega, em síntese, o que se segue: "Que atendendo a solicitações dos organizadores do evento "FESTA DA VITÓRIA REGIA", que se realiza na Praça de Casa Forte, nesta cidade, a demandante instalou naquele logradouro um moderno STAND, de sua propriedade, a fim de expor e comercializar produtos de sua fabricação; Todavia, sem qualquer notificação ou aviso, antes do início da festa, através de seus funcionários, a promovida tomou de assalto o local, destruindo o referido bem, sob a alegação de que a instalação causaria obstáculo à passagem, isso em 23.11.89; Após mencionar que os bens destruídos se encontravam em estado de novos, e expor discriminação dos valores gastos com a construção, requerem a citação da ré, para responder aos termos da ação e que ao final seja julgada procedente." Citada, a parte demandada não apresentou qualquer contestação, consoante certidão exarada às fls. 33. Contados e preparados, os autos foram com vista ao órgão do M. Público, que ofereceu a cota de fls. 39/40, opinando pela procedência da ação."

Acrescento que o Dr. Juiz deu procedência à ação, condenando a ré a indenizar a autora no valor de NCZ\$ 65.326,30, sujeitos às conversões e atualizações devidas.



215

Inconformada, a ré apelou, arguindo preliminarmente nu lidade da sentença, por defeito da citação inicial, por defeito de re apresentação da autora e por sua incapacidade processual, que já não teria existência à época da inicial, por ter sido extinta.

No mérito, aduz que a sentença careceria de lastro fático, desde que a autora não teria feito prova bastante dos fatos alegados, limitando-se à exibição de fatos e recortes de jornais, para a sua composição.

Contra-arrazoados, subiram os autos, vindo-me em distri buição.

É o relatório

Ao douto Revisor.

Recife, em 06 de outubro de 1997

Des. SOUZA RIBEIRO

- Relator -



ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

42  
M&

216



PODER JUDICIÁRIO

JUIZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA MUNICIPAL

Fórum Des. Thomaz de Aquino

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - PROC. Nº 6086-8/90

AUTOR: CILPE

RÉU: URB - RECIFE

SENTENÇA Nº 68 /96

**EMENTA:** AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS. REVELIA. Não sendo contestada a demanda, implica na aplicação dos efeitos da revelia - Interpretação Literária do art. 319 do Código de Processo Civil. Remoção de barraca (STAND) em logradouro público. Embora competente para praticar o ato, a autoridade administrativa responde por perdas e danos, quando comete abuso de poder e exorbita o uso de suas faculdades administrativas. Provado o dano e quem o causou, impõe-se a procedência da ação. AÇÃO PROCEDENTE.

**Vistos e examinados:**

Companhia de Industrialização de Leite de Pernambuco - CILPE, estabelecida nesta Capital, intentou Ação de Indenização contra a Empresa de Urbanização do Recife - URB, com sede também nesta Capital.



ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

43  
Mup

217

A promovente alega, em síntese, o que se segue:

"Que atendendo a solicitação dos organizadores do evento "FESTA DA VITÓRIA RÉGLA", que se realiza na Praça de Casa Forte, nesta cidade, a demandante instalou naquele logradouro um moderno STAND, de sua propriedade, a fim de expor e comercializar produtos de sua fabricação;

Todavia, sem qualquer notificação ou aviso, antes do início da festa, através de seus funcionários, a promovida tomou de assalto o local, destruindo o referido bem, sob a alegação de que a instalação causaria obstáculo à passagem, isso em 23.11.89;

Após mencionar que os bens destruídos se encontravam em estado de novos, e expor discriminação dos valores gastos com a construção, requerem a citação da ré, para responder aos termos da ação e que ao final seja julgada procedente.

Citada, a parte demandada não apresentou qualquer contestação, consoante certidão exarada às fls. 33.

Contados e preparados, os autos foram com vista ao órgão do M. Público, que ofereceu a cola de fls. 39/40, opinando pela procedência da ação. ✕

É o relato, em suma, do processo. PASSO A DECIDIR, AGORA:

In casu, cuida-se de indenização por perdas e danos, os quais, segundo a peça invocadora do direito, foram causados pelos empregados a empresa promovida.

Citada validamente, a parte demandada não contestou o pedido e não compareceu em Juízo para acompanhar o andamento do feito. Dispõe o art. 319, do Estatuto Processual Civil, que "se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor". A revelia, segundo nosso ordenamento jurídico, é a inércia da parte que não atendeu ao chamamento da Justiça. In casu, consoante indubitável certidão exarada pelo Sr. Oficial de Justiça às fls. 32, verso, a ré fora citada na pessoa de seu representante legal, deixando de promover sua defesa. Não a fazendo, implica ao



ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

44  
Melo  
218

atendimento dos efeitos da revelia, com relação a matéria de fato.

Um dos princípios básicos da administração pública é a legalidade. Aliás, é princípio constitucional contido no art. 37, caput da Constituição Federal. Significa dizer que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeita aos mandamentos legais e delas não pode se afastar, sob pena de praticar ato inválido ou expor-se a responsabilidade civil, disciplinar e criminal.

No Estado de Direito, a administração pública deve obedecer a lei em todas as suas manifestações, mesmo se tratando das chamadas atividades discricionárias deve haver as observâncias legais. Assim, agindo com violência responde pelos danos que porventura causar a terceiros.

O poder de polícia tem sido reconhecido pela Jurisprudência dos nossos Tribunais. Em sendo assim, a princípio, poderia a autoridade administrativa, face o poder de polícia que lhe é conferido, remover o stand que fora instalado em logradouro público e sem licença ou projeto aprovado. Todavia, estava obrigada a agir dentro dos ditames legais, pelas vias administrativas regulares, e nunca pelas vias de violências. A prova de fls. 9/13, dos autos, demonstra de forma clara, eficaz, robusta e inequívoca que o excesso da ré tornou o ato arbitrário e violento o que passou para a órbita do abuso de poder e da responsabilidade civil. Em síntese, a conduta abusiva da empresa ré restou devidamente esclarecida.

Além da prova de quem causou o dano, como explicitado acima, a parte autora provou através dos documentos de fls. 15/26 que houve o dano, ou seja, não só restou provado quem causou o dano, mas também a lesão sofrida pela parte autora.

Isto posto, considerando a prova dos autos, considerando os efeitos da revelia, com relação a matéria de fato, levando em conta a imposição da responsabilidade objetiva da empresa demandada, JULGO PROCEDENTE a presente ação, para condenar a Empresa de Urbanização do Recife - URB -, a pagar a empresa autora, a título de indenização por perdas e danos, a quantia de R\$ 200,00.





ESTADO DE PERNAMBUCO

PODER JUDICIÁRIO

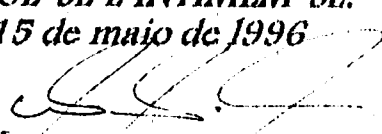
65.326,30, valor considerado à época do ajuizamento da ação, ressaltando-se as transformações da moeda, bem como as atualizações, tudo a ser considerado a partir do dia do dano. Carga sucumbencial pela parte vencida. Arbitro os honorários advocatícios em 20%.

Custas ex-lege.

Cópia no livro competente.

PUBLIQUE-SE E INTIMEM-SE.

Recife, 15 de maio de 1996

  
Francisco M. Tenório dos Santos  
JUIZ DE DIREITO

4.5  
Cixi

219



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**



220

**Apelação Cível nº 031347-1 - Comarca do Recife**  
**Apelante:** Empresa de Urbanização do Recife - URB Recife  
**Apelado:** Cilpe - Indústria e Comércio de Laticínios LTDA  
**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**VOTO**

**PRELIMINAR DE AUSENCIA DE CITAÇÃO VÁLIDA**

É sabido que a citação é ato indispensável para validade do processo, pelo que preceitua o artigo 214 do CPC. A sua realização constitui-se pressuposto de regularidade da relação processual e somente através dela se estabelece. Desse modo, em face do comando normativo processual vigente, agride o princípio do contraditório e por conseguinte o "*due process of law*" quando realizada sem as devidas cautelas legais.

No caso em espécie, é de se notar que a pessoa recebedora do ato intimatório ou citatório, é representante legal da empresa demandada, sendo inclusive outorgado poderes para as providências cabíveis, consoante informa a documentação acostada aos autos. Por sua vez, há nos autos evidência de que a empresa tomou conhecimento da demanda, consoante indubitável certidão exarada pelo sr. Oficial de Justiça às fls. 32, verso, tornando-se evidente que a ré deixou de promover sua defesa, restando claro que o ato citatório cumpriu o seu objetivo.

Gostaria de esclarecer, *ad argumentandum tantum*, que há decisões, embasadas na teoria da aparência, acolhendo a validade da citação de sociedade comercial, na pessoa de empregado sem poderes para recebê-la, quando dita pessoa evidencie a qualidade de representante legal da empresa ou que, embora não efetivada na pessoa do seu representante o ato citatório, este atingiu ao seu objetivo, como no caso em questão.

Porquanto é sabido que a demandada URB - Empresa de Urbanização do Recife possui autonomia administrativa e financeira, pelo que deverá assumir os atos de sua responsabilidade, afora raciocínio de que lhe cabia, no azo da citação requerer a intervenção da Edilidade regularizando a relação processual, porém, permaneceu inerte, e como tal, assumiu os riscos de sua incúria.

Rejeito a preliminar.

Recife,

14 de 01

de 20 10.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**



221

**Apelação Cível nº 031347-1 - Comarca do Recife**  
**Apelante:** Empresa de Urbanização do Recife - URB Recife  
**Apelado:** Cilpe - Indústria e Comércio de Laticínios LTDA  
**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**VOTO**

**PRELIMINAR DE FALTA DE OUTORGA POR PARTE DA AUTORA AO PATRONO**

Não pode prosperar a afirmativa, em virtude de que no ato do ingresso da ação a outorga estava vigorando (até 30/06/1990), tendo então, em 01/03/1990, o juiz determinado a citação, a qual ocorrera em 09/03/1990, conforme certidão de fls.32 verso, do oficial de justiça, ocorrendo a revelia, que só foi certificada em 15/09/1994, às fl.33 dos autos

O juiz, portanto, ao sentenciar em 15/05/1996, cumpriu o seu *munus*, sem a necessidade de mandar apresentar novo instrumento de mandato, que foi feito espontaneamente em 01/08/96, após a interposição do recurso voluntário feito pela URB-Recife.

Logo, rejeito a preliminar.

Recife, 14 de 01 de 2010.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**



222

**Apelação Cível nº 031347-1 - Comarca do Recife**  
**Apelante:** Empresa de Urbanização do Recife - URB Recife  
**Apelado:** Cilpe - Indústria e Comércio de Laticínios LTDA  
**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**VOTO**

**PRELIMINAR DE INCAPACIDADE PROCESSUAL**

Não pode prosperar essa preliminar vez que à época do ingresso da ação a CILPE encontrava-se constituída legalmente, bem como após da sentencição foi apresentado os estatutos com a nova denominação (fls. 78/86), o que rejeito a preliminar.

Recife, 14 de 01 de 2010

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**



**Apelação Cível nº 031347-1 - Comarca do Recife**

**Apelante:** Empresa de Urbanização do Recife - URB Recife

**Apelado:** Cilpe - indústria e Comercio de Laticínios LTDA

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**MÉRITO**

Cuido, em análise exauriente do vertente reexame necessário, que, a prestação jurisdicional, meritoriamente considerada, não merece qualquer reproche, posto que, fez perfeita subsunção dos fatos da causa a lei regedora, impondo-se mero cotejamento, no tangente aos danos materiais e morais, como preconizado no pronunciamento do MP nesta Instância Revisora.

A URB-Recife interpôs recurso de apelação contra sentença que, nos autos da ação ordinária de indenização, julgou procedente o pedido formulado na inicial, para condenar o apelante ao pagamento a título de indenização por perdas e danos, a quantia de R\$ 65.326,30, valor considerado à época do ajuizamento da ação, ressaltando-se as transformações da moeda, bem como as atualizações, tudo a ser considerado a partir do dia do dano, além da carga sucumbencial pela parte vencida, e honorários advocatícios em 20%.

A responsabilidade civil da Administração Pública, segundo norma do art. 37, § 6º da Constituição Federal, é, em regra, objetiva, bastando que se prove sua conduta omissiva ou comissiva e o nexo de causalidade entre a mesma e o dano sofrido pelo indivíduo, para que nasça seu dever de indenizar.

A materialidade fica comprovada através dos documentos acostados aos autos às fls. 09/26, bem como o nexo de causalidade está comprovado tendo em vista a materialidade do dano e a conduta do agente que o praticou ou omitiu-se em praticar, conforme às provas e termos de declarações que fazem parte do encadernado processual.

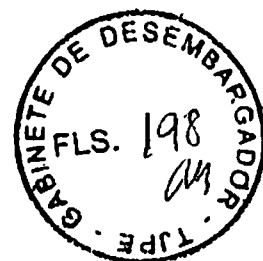
O dispositivo constitucional que consagra a responsabilidade objetiva do Estado assim dispõe:

***"As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros (...). (art. 37, § 6º)."***

Como se vê, a Constituição Federal consagra a responsabilidade objetiva do Poder Público e não faz qualquer ressalva ou discriminação. Efetivamente, a



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**



224

**Apelação Cível nº 031347-1 - Comarca do Recife**

**Apelante:** Empresa de Urbanização do Recife - URB Recife

**Apelado:** Cilpe - indústria e Comercio de Laticínios LTDA

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

responsabilidade do Ente Público está regulamentada pelo § 6º do art. 37 da Constituição da República, sendo, portanto, objetiva, o que significa dizer que só será elidida em razão de ocorrência do evento danoso ter-se dado por caso fortuito ou força maior, ou, ainda por culpa exclusiva da vítima ou de terceiro. Na espécie sob cogitação, a empresa pública municipal não demonstrou qualquer excludente, pretendendo imputar concorrentemente ao apelado a culpa pelos fatos.

Logo, a despeito da empresa apelante invocar a culpa da apelada, apresenta-se desprovido de qualquer plausibilidade jurídica concreta, posto que é de responsabilidade do Ente Público a manutenção do bem estar social, seguido os princípios da legalidade e da ampla defesa.

Ademais, conforme se pode extrair dos autos, a URB sabia trata-se de um evento que ocorre todos os anos, e que se não havia a devida autorização, tomasse as providencias cabíveis no âmbito jurídico, sem ferir o espírito pelo qual o STAND foi montado e planejado, ferindo toda uma organização que demanda tempo e dinheiro, como se ver da verificação das notas fiscais acostadas aos autos.

Releva acentuar que, o argumento de que a sentença merece reforma, não merece acolhida, principalmente quando se ver que os agentes largaram as vias administrativas regulares, e enveredaram pelas vias da violência, tornando o ato arbitrário e eivado de abuso de poder.

Portanto, não se pode mais discutir sobre o que é devido, mas somente sobre o quanto é devido, não havendo a possibilidade de, nessa esfera de competência, apurar quem possui a responsabilidade de indenizar a apelada, posto que já foi devidamente comprovado e decidido na instância *a quo*, como sendo de responsabilidade do apelante o pagamento de indenização e, cuja a fixação do valor a ser recebido, deve-se observar que a barraca tinha caráter filantrópico, a qual viria a ajudar famílias de renda precária.

Por essa razão, o meu voto é no sentido de negar provimento ao recurso interposto, mantendo-se a sentença em todos os seus termos.

É como voto.

Recife,

14

de

01

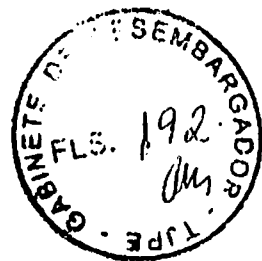
de 20

10

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível  
*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*



225

Reexame necessário e apelação cível nº 31347-1 - Comarca do Recife  
Remetente: 8ª Vara da Fazenda Pública.  
Apelante: Empresa de Urbanização do Recife - URB Recife.  
Apelada: CILPE - Indústria e Comércio de Laticínios Ltda.

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de reexame necessário e apelação cível diante de decisão que julgou procedente o pleito autoral, condenando a empresa apelante ao pagamento de indenização por perdas e danos, no montante equivalente a Ncz\$ 65.326,30 (sessenta e cinco mil, trezentos e vinte e seis cruzados novos, e trinta centavos), valor considerado à época do ajuizamento da ação, ressaltando-se as transformações de moeda ocorridas.

VOTO DA PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE CITAÇÃO VÁLIDA

Primeiramente, observo que não merece prosperar a presente preliminar, em face da constatação do fato de que a apelante foi regularmente citada na pessoa do seu representante legal, consoante se pode auferir da leitura de certidão exarada pelo Sr. Oficial de Justiça, às fls. 32 verso.

VOTO DA PRELIMINAR DE FALTA DE OUTORGA POR PARTE DA AUTORA AO PATRONO

Rejeito a preliminar de falta de outorga por parte da autora, ao seu patrono, por verificar que quando da realização da citação, em 01/03/1990, a aludida outorga ainda estava vigente, posto que válida até 30/06/1990.

VOTO DA PRELIMINAR DE INCAPACIDADE PROCESSUAL

Igualmente, não deve ser acolhida a tese de incapacidade processual, uma vez que, à época da interposição da presente ação, a CILPE encontrava-se regularmente constituída, ressaltando-se, ainda, que após a prolação da sentença, a apelada juntou aos autos os novos estatutos, com a nova denominação da empresa.

VOTO DE MÉRITO

No mérito, observo que se deve aplicar à hipótese ora analisada a responsabilidade objetiva do Estado, nos termos do art. 37, § 6º, motivo pelo qual considera-se suficiente apenas a comprovação da conduta omissiva ou

Q

comissiva do Estado, além do nexo de causalidade, para que haja o dever de indenizar.

Da análise da documentação acostada aos autos, concluo pela regular comprovação da materialidade da conduta descrita na exordial, conforme certidão de fls. 09/26, bem como pela existência do nexo de causalidade entre a conduta e o dano.

Desta feita, em face da aplicabilidade da teoria da responsabilidade objetiva à espécie, considero desprovida de qualquer plausibilidade jurídica a argumentação da apelante acerca da existência de eventual culpa por parte do apelado, hábil a ensejar a exclusão do dever de indenizar.

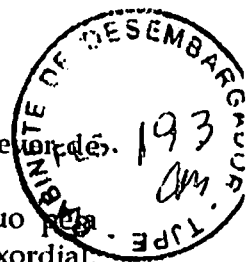
Ademais, observo que a URB excedeu todos os limites legais e razoáveis quando do exercício do seu poder de fiscalização, ficando comprovado que seus agentes chegaram a utilizar-se de violência para com a empresa apelada, o que torna o ato administrativo arbitrário e eivado de abuso de poder.

Isto posto, o meu voto é no sentido de negar provimento ao presente reexame necessário, devendo-se manter a decisão vergastada em sua incolumidade.

É como voto.

Recife, 14 de janeiro de 2000

*Des. Ricardo Paes Barreto*  
Revisor



226